Linha de Transformação Produtiva e Sustentável

FINAGRO

JUNHO 2026

RESUMO

O Fundo para o Financiamento do Setor Agropecuário (FINAGRO) é a instituição pública para o financiamento do desenvolvimento agropecuário da Colômbia, que opera como um banco de segundo piso que canaliza recursos financeiros através de intermediários comerciais, ao invés de conceder créditos diretamente à maioria dos mutuários finais. É uma entidade mista público-privada vinculada ao Ministério da Fazendo e Crédito Público, que faz parte do Grupo Bicentenário, o grupo financeiro estatal colombiano.

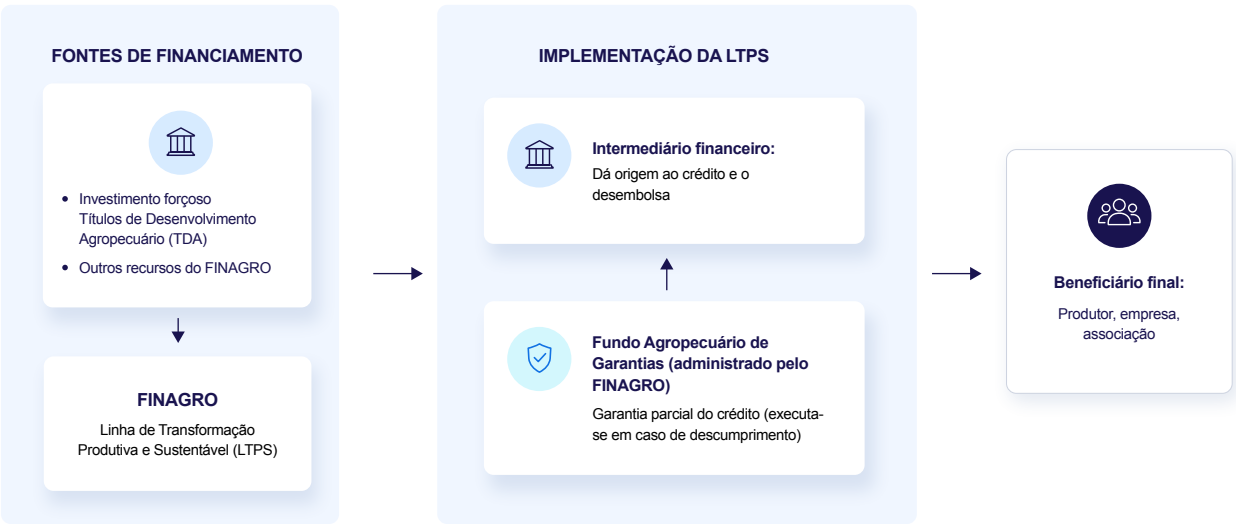
Através dessa estrutura, o FINAGRO cumpre uma função central na configuração dos mercados de crédito agrícola na Colômbia, ao definir as condições de crédito, fornecer financiamento por meio de redesconto e administrar instrumentos complementares, como garantias e incentivos, que reduzem o risco para os intermediários financeiros.

No âmbito deste mandato, o FINAGRO desenvolveu a Linha de Transformação Produtiva e Sustentável (LTPS) como uma linha de crédito cujo objetivo é apoiar a transição dos sistemas de produção rural a modelos mais sustentáveis, resilientes às mudanças climáticas e economicamente viáveis. Ao contrário de muitos produtos de financiamento verde, que costumam exigir que os investimentos ou atividades já cumpram com critérios ambientais estritos, a LTPS foi criada para apoiar o procedimento de transformação. A linha tem como objetivo permitir que os produtores realizem os investimentos necessários para adotar práticas mais sustentáveis, reconhecendo que a transição é gradual e que o acesso ao financiamento é um fator-chave para torná-la possível.

A LTPS foi projetada para financiar investimentos que contribuam para a transição para atividades produtivas de baixo impacto no campo colombiano, aprimorando a eficiência no uso dos recursos naturais, e procurando respeitar os meios de vida rurais, alinhando ao mesmo tempo a produção agrícola com os objetivos de sustentabilidade ambiental. A linha de crédito reflete a mudança estratégica mais ampla dentro do FINAGRO até a integração de considerações ambientais e o financiamento agrícola. Isso inclui esforços para reduzir as emissões de gases de efeito estufa, promover a captação de carbono, melhorar a gestão da água e do solo, apoiar a adoção de energias renováveis, investir em infraestrutura sustentável nas explorações agropecuárias e fomentar práticas de economia circular dentro dos sistemas de produção rural.

Embora a LTPS abranja uma ampla gama de atividades agrícolas, o presente estudo de caso foca especificamente na sua função de fazer com que possam ser realizados investimentos sustentáveis em infraestrutura relacionada com o setor. Esses investimentos incluem tecnologias de energias renováveis, infraestruturas de biomassa e economia circular, além de instalações de agro-processamento que melhoram o rendimento ambiental ao longo das cadeias de valor agrícolas. Desde a sua introdução, a LTPS tem crescido rapidamente, com um financiamento que ultrapassou aproximadamente 30 bilhões de COP em 2024 para 215 bilhões de COP em 2025 e 105 bilhões de COP em 2026 até o momento (equivalentes a USD 7.37 milhões em 2024, USD 53.05 milhões em 2025 e USD 29,03 milhões em 2026[1], respectivamente), o que reflete a crescente demanda por investimentos sustentáveis no setor rural.

Figura 1. Fluxograma da Linha de Transformação Produtiva e Sustentável



- Fluxo de Financiamento para Investimentos e Infraestruturas:
    1. Um produtor, uma empresa ou um município propõe um projeto que envolva infraestruturas sustentáveis (por exemplo, produção suina ou avícola sustentável, energias renováveis, tratamento de águas residuais em setores de alto impacto, como o pecuário, o avícola ou o suíno).
    2. Uma instituição financeira avalia e aprova o crédito e registra a operação no sistema do FINAGRO, na modalidade de redesconto. O sistema permite registrar as operações de forma individual ou em lote (Financiamento Global) e somente aceita aquelas que cumpram com os critérios de elegibilidade estabelecidos, como o tipo de produtor, as condições financeiras e o destino do crédito.
    3. Quando corresponde, a instituição financeira pede ao FINAGRO recursos de redesconto em condições especiais de captação de fundos. O produtor pode aceder a outros instrumentos do FINAGRO que proporcionam o crédito ou o acesso a ele (garantias, incentivos, seguro).
    4. A instituição financeira desembolsa o financiamento para o projeto de infraestruturas.
- O modelo permite que o FINAGRO amplie o financiamento de infraestruturas verdes através dos canais bancários existentes.

[1] As conversões de COP para USD foram feitas utilizando a taxa de câmbio média anual para cada ano de relato (2024, 2025 e 2026 até o momento), calculada com base na média da Taxa Representativa do Mercado (TRM) diária publicada pelo Banco de la República. https://suameca.banrep.gov.co/estadisticas-economicas/informacionSerie/1/tasa_cambio_peso_colombiano_trm_dolar_usd

CRITÉRIOS PARA A ELEGIBILIDADE

Mutuários Elegíveis

A linha de crédito LTPS está disponível para uma ampla gama de atores na economia rural e agrícola da Colômbia através de intermediários financeiros. Assim como ocorre com outros instrumentos do FINAGRO, a elegibilidade é estruturada com base na classificação de produtores e atores institucionais, e não em uma definição restrita de mutuário. Os beneficiários elegíveis incluem:

- Produtores de pequeno, médio e grande porte, classificados de acordo com os limites da receita e dos ativos.
- Arcabouços associativos, como cooperativas e organizações de produtores e arcabouços de integração vertical.
- Empresas rurais e atores agroindustriais.

Na prática, o acesso à LTPS depende não apenas da elegibilidade, mas também da disposição e da capacidade dos bancos comerciais para originar créditos, uma vez que o FINAGRO opera através de um modelo de segundo nível. A adesão entre os produtores menores continua sendo limitada devido a sua falta de capacidade, o risco percebido e os desafios para cumprir com os requisitos para obter o crédito verde.

Investimentos Elegíveis

A LTPS apoia investimentos em infraestrutura e equipamentos que permitem o uso de sistemas agrícolas sustentáveis e resilientes às mudanças climáticas. Para os fins do presente estudo de caso, os investimentos elegíveis podem ser agrupados em quatro categorias principais:

- **Infraestrutura de gestão da água e da terra:** sistemas de irrigação e drenagem, captação e armazenamento da água (para fins setoriais sustentáveis), restauração do solo e trabalhos de adaptação de terras que melhoram a eficiência dos recursos e a resiliência climática.
- **Infraestrutura da gestão ambiental:** sistemas de tratamento de águas residuais e infraestruturas para a gestão dos efluentes agrícolas e a redução dos impactos ambientais nos casos de objetivos setoriais.
- **Sistemas de energia renovável e economia circular:** energia renovável não convencional (como por exemplo a energia solar), biomassa e sistemas de bioenergia, e infraestruturas para a reutilização de resíduos agrícolas.
- Reconversão produtiva para atividades de baixo impacto ambiental e ecossistêmico.
- **Agro-processamento e infraestrutura da cadeia de valor**: instalações como unidades de processamento de café, infraestruturas de transformação florestal e outros sistemas agroindustriais que melhoram o rendimento ambiental ao longo das cadeias de valor.

FONTES DE FINANCIAMENTO E CONDIÇÕES COMERCIAIS

Os investimentos em infraestruturas no âmbito da LTPS são financiados por meio do modelo de segundo nível (redesconto) do FINAGRO, no qual os recursos financeiros são canalizados através de bancos comerciais e outros intermediários financeiros, e não são emprestados diretamente aos mutuários finais. Nesta estrutura, um produtor, uma empresa ou uma entidade elegível recebe primeiro um crédito de uma instituição financeira, a qual logo registra a operação no Agros, o aplicativo do FINAGRO. A instituição financeira verifica o cumprimento do crédito com os critérios de elegibilidade estabelecidos e, após ter sido validado, os recursos de redesconto podem ser transferidos para o intermediário financeiro em questão de duas horas. O FINAGRO pode financiar até 100% do crédito, enquanto o intermediário financeiro é responsável pelo relacionamento com o cliente, e deposita o crédito para o mutuário.

Este modelo permite que o FINAGRO atue como um financiador atacadista voltado para políticas, moldando os mercados creditícios em grande escala, aproveitando ao mesmo tempo da capacidade de originação, as relações com clientes e as redes de distribuição dos bancos privados. Através do estabelecimento das condições sob as quais o capital é fornecido, ao invés de implantar o capital diretamente, o FINAGRO pode influenciar como e onde o empréstimo no setor agrícola é realizado.

O financiamento no âmbito da LTPS pode ser realizado como financiamento por reconta, por meio do qual o FINAGRO fornece capital às instituições financeiras a taxas preferenciais, o qual depois é passado para os mutuários. O FINAGRO estabelece os critérios de elegibilidade, os incentivos e as condições financeiras, guiando eficazmente a distribuição do capital para setores prioritários como infraestrutura sustentável e resiliente às mudanças climáticas. Embora o FINAGRO possa financiar até 100% da operação por meio de redesconto, o risco creditício recai principalmente sobre o intermediário financeiro. Quando o Fundo Agropecuário de Garantias (FAG) é acionado, o risco é compartilhado entre o intermediário, o FAG e o produtor, através de um arcabouço de coberturas progressivas que oferece uma maior proteção aos pequenos produtores.

As taxas de juros no âmbito da LTPS foram estruturadas com referência ao Índice Bancário de Referência (IBR), a taxa de referência nacional utilizada em todo o sistema financeiro colombiano. As condições preferenciais de captação de fundos procuram incentivar a adoção de práticas sustentáveis, oferecendo às instituições financeiras acesso a recursos sob condições mais favoráveis para que possam passar esses benefícios aos beneficiários finais, ou seja aos pequenos produtores e os arcabouços associativos. Em termos gerais, o financiamento fornecido pelo FINAGRO às instituições financeiras equivale ao IBR menos 3% para créditos dirigidos aos pequenos produtores, ao IBR menos 3,5% para créditos dirigidos a mutuários associados, ao IBR menos 0,9% para produtores de médio porte, e ao IBR para grandes produtores. As taxas finais de colocação estão liberadas para obter melhores resultados por competência entre as instituições e os prazos de empréstimo e os períodos de graça são determinados em função do perfil de fluxo de caixa e o ciclo produtivo do investimento, o que permite maior flexibilidade no financiamento de projetos de infraestruturas que podem exigir horizontes de reembolso maiores.

Um componente fundamental da estrutura de financiamento é o uso de instrumentos de mitigação de riscos, em particular o Fundo Agropecuário de Garantias (FAG), que oferece garantias parciais para reduzir a exposição dos intermediários financeiros. Estas garantias, combinadas com taxas de juros preferenciais, são essenciais para animar os bancos a participarem em créditos agrícolas e sustentáveis, que muitas vezes são percebidos como segmentos de alto risco. As coberturas da FAG variam de acordo com o perfil do produtor e jamais substituem completamente o risco assumido pelo intermediário financeiro, salvo em circunstâncias excepcionais previstas pela legislação. Como foi destacado nas consultas com os interessados, a percepção de risco entre as instituições financeiras continua sendo uma limitação significativa, e por isso, esses instrumentos são essenciais para o funcionamento e a adesão à LTPS.

Em geral, graças ao arcabouço de financiamento da LTPS, o FINAGRO consegue mobilizar capital para infraestrutura sustentável em grande escala, combinando recursos financeiros públicos com a intermediação do setor privado. Ao invés de financiar projetos individuais de forma direta, o modelo aproveita os canais bancários existentes para ampliar o acesso ao crédito, reduzir os custos do financiamento dos investimentos elegíveis e alinhar o crédito agrícola com os objetivos nacionais de sustentabilidade.

Tabela 1. Resumo das Fontes de Financiamento

Fonte de Financiamento	Função	Termos
Financiamento por meio de redesconto do FINAGRO	Proporciona financiamento atacadista a bancos comerciais voltado para créditos adicionais a produtos elegíveis	Taxas de juros preferenciais vinculadas ao IBR; para esta linha não existe taxa máxima quando é usado o redesconto
Carteira substitutiva[2]	Permite aos bancos financiar projetos elegíveis utilizando seu próprio capital enquanto substituem a compra obrigatória de Títulos de Desenvolvimento Agropecuário	Taxas de juros preferenciais vinculadas ao IBR, de acordo com a regulamentação com taxa máxima
Fundo de Garantia Agrícola (FAG)	Proporciona mitigação de riscos aos intermediários financeiros	Garantias parciais de crédito para empréstimos elegíveis

ASSOCIAÇÕES TÉCNICAS E OPERATIVAS

A LTPS é implementada através de una rede de alianças financeiras, institucionais e setoriais que fazem com que o FINAGRO possa traduzir os objetivos de política nacional e as estratégias setoriais em investimentos sobre o terreno. Devido a sua estrutura de segundo nível, o FINAGRO depende em grande medida das instituições financeiras como suas principais sócias operativas. Essas instituições são responsáveis pela originação dos créditos, a avaliação da elegibilidade dos mutuários e a emissão de financiamento, enquanto o FINAGRO proporciona financiamento, garantias e o arcabouço político que regulamenta as decisões no que diz respeito à concessão do crédito.

[2] Sob este mecanismo, os bancos comerciais utilizam seu próprio balance para financiar projetos que cumpram com os critérios de elegibilidade do FINAGRO. Esses créditos contam para os requisitos regulatórios de créditos agrícolas, embora o FINAGRO não forneça o capital diretamente. Ao contrário, define as normas e incentivos que regulamentam o uso desses créditos, assegurando assim que uma parte dos créditos do sistema financeiro seja direcionado ao setor agrícola.

Uma característica que define a LTPS é a forma como ela foi co-projetada não apenas com intermediários financeiros, mas também com as associações de produtores, o que marca uma ruptura com as linhas de crédito anteriores do FINAGRO. Historicamente, algumas linhas de crédito tiveram uma adopção limitada porque foram desenvolvidas sem uma participação suficiente dos bancos. No caso da LTPS, o FINAGRO questionou de forma ativa os intermediários durante a fase de concepção, a fim de entender as condições sob as quais eles estariam dispostos a participar. Os bancos deram sugestões sobre elementos-chave, como estruturas de taxas de juros, considerações de risco e como a linha deveria ser operada dentro das sus próprias carteiras.

Esse processo levou a um instrumento mais voltado para a demanda e alinhado comercialmente, que inclui características que fazem com que os bancos possam manter as suas margens financeiras e atender melhor a diferentes segmentos de mutuários. Os intermediários também indicaram a forma em que preferem receber informações e orientações sobre a linha de crédito, apoiando assim ainda mais a adopção. Como resultado, a LTPS tem experimentado uma adopção mais forte que os instrumentos anteriores, o que tem levado a uma mudança de uma abordagem dirigida a políticas para baixo, tendo como resultado um modelo mais colaborativo e compatível com incentivos.

Além do setor financeiro, o FINAGRO trabalha de forma estreita com associações de produtores (grêmios) e outras organizações setoriais para compreender melhor as necessidades, limitações e prioridades de investimento das diferentes cadeias de valor. Esses contatos são fundamentais, mas não sempre estão completamente alinhados com as perspectivas das instituições financeiras. Em alguns casos, os grêmios defendem prioridades de financiamento —como insumos resilientes às mudanças climáticas ou investimentos setoriais— que não se ajustam completamente às políticas de crédito ou aos arcabouços de risco existentes. A gestão dessas diferenças é um aspecto contínuo do projeto e do aperfeiçoamento de instrumentos como a LTPS.

Em geral, a LTPS opera através de um ecossistema multi-ator no qual o FINAGRO atua como entidade coordenadora e habilitadora, proporcionando recursos financeiros, estabelecendo incentivos e incorporando a retroalimentação tanto de sócios financeiros quanto setoriais a fim de aprimorar continuamente a eficácia da prestação de finanças sustentáveis.

ALINHAMENTO COM AS POLÍTICAS PÚBLICAS

O FINAGRO opera como um instrumento financeiro central do governo colombiano, com um mandato que está diretamente vinculado ao Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural. Por isso, a LTPS está integrada no arcabouço político mais amplo da Colômbia para o desenvolvimento rural, a ação climática e o uso sustentável do solo, o que traduz as prioridades nacionais em mecanismos concretos de financiamento.

No nível superior, a LTPS se alinha com os instrumentos de planejamento e as prioridades nacionais no contexto da transformação rural sustentável, a resiliência climática e um desenvolvimento económico mais inclusivo. Através do seu foco no financiamento de sistemas de produção sustentáveis e infraestruturas habilitantes, a linha de crédito apoia os objetivos do Plano para melhorar a produtividade enquanto se reduzem as pressões ambientais nas zonas rurais, inclusive em territórios estratégicos como a Amazônia colombiana, onde a transição para sistemas produtivos mais sustentáveis representa uma prioridade nacional. O FINAGRO conta também com o Sistema de Alertas Ambientais e Monitoramento (SAAM), uma ferramenta que abre a possibilidade de analisar determinantes de riscos ambientais y sociais dos projetos de acordo com a sua localização geográfica.

O projeto da LTPS também é coerente com os compromissos climáticos nacionais da Colômbia sob a sua Contribuição Determinada a Nível Nacional (NDC), especialmente em setores como a agricultura, a silvicultura e o uso do solo. Os investimentos financiados sob a linha, incluindo o uso eficiente da água, energias renováveis, gestão de águas residuais e a agrofloresta, contribuem de maneira direta para os objetivos de mitigação e adaptação reduzindo emissões, melhorando a eficiência dos recursos e fortalecendo a resiliência à variabilidade climática.

Além do mais, a LTPS reflete os princípios estabelecidos na Política de Gestão Integral da Biodiversidade e dos Serviços Ecossistêmicos da Colômbia (CONPES 3678), que enfatiza o uso sustentável dos recursos naturais, a conservação de ecossistemas e a integração de considerações ambientais na tomada de decisões econômicas. Ao incentivar investimentos na conservação do solo, na gestão da água e nos sistemas de produção respeitosos com a biodiversidade, a linha de crédito apoia esses objetivos na prática.

De forma mais ampla, a LTPS demonstra como a Colômbia está utilizando ferramentas de política financeira para operacionalizar os objetivos de sustentabilidade. Ao invés de depender somente da regulamentação ou de subvenções, o FINAGRO aplica condições creditícias preferenciais, garantias y critérios de elegibilidade para orientar o investimento para atividades que estejam alinhadas com as prioridades nacionais, inclusive com sistemas de produção de menores emissões, melhoramento da gestão da água e do solo, e a adoção de tecnologias mais limpas.

Ao mesmo tempo, a LTPS coloca às claras alguns dos desafios inerentes ao alinhamento dos instrumentos financeiros com a política pública. Como linha de crédito definida a nível nacional, as suas condições se aplicam de maneira uniforme ao longo de um conjunto muito diverso de ecossistemas e sistemas de produção, o que pode limitar sua capacidade para mostrar todas as realidades ambientais e econômicas locais. Além do mais, a evolução das prioridades políticas e a dinâmica política podem influenciar a forma em que se posiciona e se implementa o instrumento, o que inclui mudanças de ênfase entre o apoio aos pequenos agricultores e os investimentos em grande escala.

ANÁLISE DA LTPS DO FINAGRO

1. Dimensão da Amazônia

A LTPS es uma linha de crédito implementada a nível nacional e não foi projetada especificamente para a região amazônica. No entanto, a sua estrutura e categorias de investimento elegíveis a fazem muito relevante para financiar infraestruturas sustentáveis e sistemas de produção em territórios amazônicos. Em 2026, até o momento, foi registrado um crédito sob a LTPS no departamento de Caquetá, destinado a um projeto de produção de carne bovina sustentável por COP 40 milhões (equivalente a USD 11,060[3]).

Na prática, a linha de crédito possui o potencial de apoiar uma variedade de investimentos em infraestruturas que são críticas para um uso sustentável do solo na Amazônia, incluindo sistemas de gestão da água, soluções de energia renovável para zonas rurais fora da rede de infraestruturas de processamento que podem melhorar o rendimento ambiental e a contribuição de valor dos sistemas de produção locais. Este tipo de investimentos é especialmente importante em regiões remotas onde as carências em termos de infraestrutura representam uma limitação importante tanto para a produtividade quanto para a sustentabilidade.

O FINAGRO tem identificado também várias cadeias de valor prioritárias relevantes para a região amazônica, entre as quais encontram-se a pecuária, o cacau, caucho e produtos florestais não madeireiros. Nestes setores, a infraestrutura desempenha um papel essencial na facilitação de práticas mais sustentáveis, como, por exemplo, sistemas hídricos e infraestruturas rotativas na produção pecuária, ou infraestruturas de processamento e armazenamento que reduzem a pressão sobre os ecossistemas naturais, melhorando assim a eficiência e o acesso ao mercado.

Ao mesmo tempo, a aplicação da LTPS na região amazônica se enfrenta com desafios estruturais. Como instrumento estandardizado a nível nacional, a linha de crédito não diferencia completamente entre ecossistemas, a pesar das significativas diferencias ambientais, sociais e logísticas entre as regiões. Isso pode limitar a sua eficácia em contextos como a região amazônica, onde as necessidades de financiamento costumam ser altamente localizadas e onde precisam de abordagens personalizadas que levem em conta a dinâmica dos ecossistemas, as limitações de acesso e as características específicas das populações rurais dispersas.

Além do mais, a adopção à LTPS nas regiões amazônicas pode estar limitada devido aos mesmos fatores que afetam uma adopção mais ampla, inclusive uma consciência limitada entre os intermediários financeiros e os produtores locais, além de carências em termos de capacidade na estruturação e na avaliação de investimentos sustentáveis. Em algumas regiões, nem os bancos, nem os produtores encontram-se familiarizados com o instrumento, o que sugere que as barreiras de distribuição e conhecimento podem ser especialmente grandes em zonas mais remotas.

[3] A conversão de COP para USD para 2026 foi feita utilizando a taxa de câmbio média da TRM entre 1 de janeiro e 22 de julho de 2026 (data da análise), calculada com base nas taxas diárias publicadas pelo Banco de la República.
https://suameca.banrep.gov.co/estadisticas-economicas/informacionSerie/1/tasa_cambio_peso_colombiano_trm_dolar_usd

Em geral, embora a LTPS não seja específica da região amazônica, ela representa um mecanismo potencialmente importante para ampliar os investimentos sustentáveis em infraestruturas e uso do solo na região. A sua eficácia para fazê-lo vai depender de até que ponto o seu projeto e a sua implementação possam se adaptar às necessidades e as limitações específicas dos territórios amazônicos.

2. Diferencial de Mercado e Inovação Financeira

Diferenciadoras-chave

Um elemento central diferenciador da LTPS é a integração do financiamento de infraestrutura sustentável dentro de um arcabouço mais amplo de crédito agrícola. Ao invés de criar um produto de infraestrutura verde independente, o FINAGRO integra de maneira direta o financiamento de sistemas de água, energias renováveis, gestão de resíduos e infraestruturas de processamento no financiamento agrícola, vinculando os investimentos em sustentabilidade com sistemas produtivos e cadeias de valor.

Um segundo fator-chave diferenciador é o uso de um modelo de redesconto de segundo nível para canalizar capital em grande escala. Uma vez que trabalha através de bancos comerciais, o FINAGRO pode influenciar o comportamento de concessão de empréstimos em todo o sistema financeiro, ao invés de financiar projetos individuais. Esta estrutura permite aplicar o capital público de forma eficiente, beneficiando-se também da capacidade de originação do setor privado.

Um outro elemento interessante é o direcionamento que a Comissão Nacional de Crédito Agropecuário está dando ao FINAGRO para que, de maneira estratégica, através de programas de impacto regional ou linhas especiais de redesconto, como no caso da LTPS, podem beneficiar-se processos de transformação, como aqueles procurados pela linha.

Por último, a LTPS se destaca pela co-projeção com intermediários financeiros, o que representa uma mudança em comparação com o desenvolvimento anterior de linhas de crédito de cima para baixo. Ao incorporar contribuições dos bancos sobre os preços, o risco e as condições operativas, o FINAGRO conseguiu desenvolver um instrumento voltado mais para a demanda, que alinha os objetivos políticos com as realidades comerciais, contribuindo assim para uma maior adesão.

Vantagem Competitiva

A LTPS beneficia-se da posição do FINAGRO como intermediário financeiro voltado para políticas no âmbito nacional, o que lhe permite mobilizar capital através de uma ampla rede de bancos comerciais e mutuários rurais. Isso faz com que a linha de crédito possa alcançar uma escala que os mecanismos de financiamento baseados em projetos muitas vezes não conseguem.

A combinação de taxas de juros preferenciais e mecanismos de garantia proporciona uma estrutura de incentivos sólida para as instituições financeiras, ajudando assim a mitigar riscos percebidos e a melhorar a viabilidade financeira dos investimentos em infraestrutura sustentável. Essas características são especialmente importantes no setor agrícola, em que os créditos costumam estar limitados por motivos relacionadas ao risco.

Além do mais, a flexibilidade da LTPS no que diz respeito tanto aos investimentos elegíveis quanto às estruturas de financiamento, faz com que possa apoiar uma ampla variedade de tipos de infraestruturas e perfis de mutuários, desde pequenos produtores até grandes empresas agroindustriais.

Desvantagem Competitiva

Apesar destas fortalezas, a LTPS enfrenta-se com várias limitações estruturais. Uma das principais limitações é a percepção de risco dos bancos comerciais, que ainda consideram os investimentos agrícolas e aqueles vinculados à sustentabilidade como um risco maior, o que limita a sua adesão total à linha de crédito.

Também existem carências em termos de capacidade dentro das instituições financeiras, especialmente na avaliação e na estruturação de investimentos em infraestrutura sustentável. Muitos bancos não têm a experiência técnica necessária para avaliar esses projetos, o que pode desacelerar a adesão, mesmo quando existem incentivos financeiros.

No que diz respeito aos mutuários, a LTPS enfrenta-se com dificuldades para chegar a pequenos produtores em grande escala, visto que esses investimentos muitas vezes requerem assistência técnica, capital inicial e horizontes temporários mais longos, que às vezes não se encontram alinhados com as estruturas de financiamento existentes. As dinâmicas políticas podem influenciar ainda mais a forma em que a linha de crédito é implementada, o que inclui mudanças de ênfase entre o apoio aos pequenos proprietários e os investimentos em grande escala.

Por fim, o projeto padronizado em nível nacional da LTPS pode limitar a sua capacidade para levar em conta todas as condições regionais e específicas do ecossistema, reduzindo a sua eficácia em contextos muito diversos, como a região amazônica.

Características Inovadoras

A LTPS incorpora várias características que refletem a inovação na projeção de instrumentos de financiamento sustentável. Em primeiro lugar, utiliza incentivos financeiros como ferramenta política, com descontos nas taxas de juros, vinculados aos objetivos de sustentabilidade. Esta abordagem permite ao FINAGRO orientar o comportamento dos investimentos sem depender apenas da regulamentação ou das subvenções.

Em segundo lugar, a combinação do financiamento por redesconto e os mecanismos de garantia cria uma estrutura de divisão de riscos em capas, o que facilita às instituições financeiras a participação em setores que de outro modo provavelmente evitariam.

Em terceiro lugar, a linha de crédito apoia abordagens de investimento integradas, uma vez que reconhece que as transições de sustentabilidade muitas vezes precisam de uma grande quantidade de investimentos complementares ao invés de uma única intervenção. Isso permite aos mutuários financiar infraestruturas, tecnologia e atividades de apoio como parte de uma via de transformação mais ampla.

Por último, o processo de co-projeção com intermediários financeiros representa uma inovação institucional importante, o que demonstra a maneira em que os instrumentos de financiamento para o desenvolvimento podem ser estruturados para alinhar os objetivos de política pública com os incentivos do mercado, melhorando tanto a adesão quanto a eficácia.

3. Operacionalização

A LTPS se operacionaliza através do modelo de financiamento de segundo nível do FINAGRO, no qual os investimentos em infraestruturas são financiados de maneira indireta através de bancos comerciais e intermediários financeiros. Na prática, o processo começa quando um produtor, uma empresa, uma associação ou uma outra entidade elegível desenvolve um projeto —como infraestruturas de risco, sistemas de energia renovável ou soluções de gestão de águas residuais— e solicita financiamento através de uma instituição financeira.

O intermediário financeiro avalia as condições de cada empréstimo e verifica o cumprimento com os critérios de elegibilidade pelo FINAGRO. No caso da LTPS, os fins elegíveis foram definidos para favorecer a transformação do setor agropecuário para sistemas mais sustentáveis e resilientes. Após ter sido aprovado o crédito, o intermediário solicita o redesconto sob as condições da linha. O FINAGRO proporciona então os recursos e os instrumentos correspondentes, como condições e garantias de financiamento preferenciais, as quais são utilizadas pelo intermediário para desembolsar o crédito para o mutuário.

No entanto, o modelo operativo também revela limitações importantes. Como o FINAGRO depende de intermediários, o sucesso da LTPS depende em grande medida da capacidade, dos incentivos e da consciência dos bancos comerciais. Em alguns casos, as instituições financeiras podem não estar familiarizadas com a linha de crédito ou não ter a experiência técnica necessária para avaliar investimentos sustentáveis em infraestruturas, o que pode limitar a adesão. Esse desafio pode ser especialmente pronunciado em regiões mais remotas, onde tanto os bancos quanto os produtores podem ter uma exposição limitada a esses instrumentos de financiamento.

Uma outra característica-chave da operacionalização é o uso de mecanismos de "controle de investimento", através dos quais uma parte dos projetos financiados está sujeita a verificação para garantir que os fundos sejam utilizados para o propósito previsto. Embora este sistema proporcione um nível básico de prestação de contas, não equivale a um seguimento completo ou a uma avaliação total dos resultados ambientais ou sociais. O FINAGRO tem iniciado a exploração de abordagens de monitoramento mais integrais, mas esses ainda estão em desenvolvimento.

Em geral, o modelo operativo LTPS permite financiar infraestruturas sustentáveis em grande escala integrando-as dentro dos sistemas de crédito agrícola existentes. Ao mesmo tempo, destaca a importância da capacidade dos intermediários, dos fluxos efetivos de informação e dos mecanismos de apoio complementares para garantir que o financiamento se traduza em investimentos significativos na prática.

4. Oportunidades e Desafios de Escalabilidade

OPORTUNIDADES

A LTPS foi projetada, por natureza, para ser escalável, graças ao modelo de financiamento de segundo nível do FINAGRO, que permite a aplicação de capital através de uma ampla rede de bancos comerciais. Aproveitando a infraestrutura financeira existente, ao invés de construir novos mecanismos de entrega, a linha de crédito pode chegar a uma ampla gama de mutuários e geografias, o que permite a expansão do financiamento sustentável de infraestruturas em todo o setor agrícola.

Existe também uma demanda crescente de investimentos em infraestruturas resilientes às mudanças climáticas, especialmente em áreas como a gestão da água, as energias renováveis e os sistemas de produção sustentável. Na medida em que aumenta a variabilidade climática, e as limitações de recursos se tornam mais pronunciadas, este tipo de investimentos começa a ser mais relevante do ponto de vista econômico para os produtores, o que facilita a escalabilidade ao longo prazo da LTPS.

Uma outra oportunidade fundamental reside na capacidade da LTPS de apoiar várias cadeias de valor ao mesmo tempo, incluindo pecuária, cacau, silvicultura e outros setores relevantes para o uso sustentável da terra. Ao integrar infraestruturas dentro dessas cadeias de valor, a linha de crédito pode impulsionar uma mudança sistémica ao invés de realizar apenas investimentos isolados.

O uso de incentivos e garantias financeiras reforça ainda mais a escalabilidade, reduzindo o risco para os intermediários e melhorando a atratividade dos investimentos sustentáveis. Esses mecanismos criam as condições para que o capital privado participe de forma mais ativa, permitindo que o FINAGRO mobilize recursos além do seu próprio balanço patrimonial.

DESAFIOS

Apesar desses pontos fortes, vários desafios estruturais limitam a escalabilidade total da LTPS. Um dos principais obstáculos é a percepção de risco por parte dos bancos comerciais, uma vez que eles continuam vendo os investimentos agrícolas e aqueles relacionados à sustentabilidade como um risco maior, o que limita a adoção mais ampla da linha de crédito.

Estão intimamente relacionadas as limitações de capacidade dentro das instituições financeiras, especialmente na avaliação e na estruturação de projetos de infraestruturas sustentáveis. Sem experiência técnica suficiente, os bancos podem se mostrar relutantes em conceder este tipo de créditos, mesmo quando há incentivos financeiros disponíveis.

A LTPS também enfrenta desafios para alcançar produtores pequenos em grande escala. Os investimentos em infraestruturas sustentáveis costumam exigir apoio complementar —como assistência técnica, mecanismos de agregação ou financiamento em etapas— os quais não estão completamente integrados na própria linha de crédito. Como resultado, a adopção entre produtores menores continua sendo mais limitada em comparação com atores maiores ou organizados.

Além do mais, persistem as lacunas em termos de informação, distribuição e capacidade institucional. Em algumas regiões, tanto as instituições financeiras quanto os produtores desconhecem a LTPS ou não têm a compreensão suficiente sobre como acessá-la, o que sugere que a comunicação e a divulgação são limitações críticas para a ampliação da iniciativa. Estas limitações podem dificultar uma adopção mais ampla, especialmente em regiões onde a experiência com instrumentos de financiamento sustentável ainda é limitada.

Por fim, a LTPS opera dentro de um contexto de políticas públicas, o que influencia as suas prioridades de implementação. No entanto, com os ajustes determinados pela Comissão Nacional de Crédito (CNCA), por meio da Resolução nº 10, a eliminação da LTPS como ferramenta do FINAGRO é baixa. Como se trata de um instrumento que foi desenvolvido pelo FINAGRO e financiado com recursos próprios, a sua continuidade é menos suscetível às mudanças que a de outros instrumentos de incentivo administrados pela entidade. No entanto, as prioridades políticas, ou as narrativas políticas —por exemplo, a ênfase no financiamento de pequenos produtores— podem influenciar a orientação e a utilização da linha de crédito, criando, por vezes, tensões entre o impacto, a escala e os objetivos políticos.

5. Replicabilidade e Sustentabilidade Financeira

O modelo LTPS é amplamente replicável em contextos onde as instituições financeiras de desenvolvimento operam por meio de estruturas de crédito de segundo nível (no atacado). A sua arquitetura central —que combina financiamento por redesconto, incentivos regulatórios e mecanismos de repartição de riscos— pode ser adaptada por instituições financeiras públicas que procuram escalar o investimento em agricultura sustentável e infraestruturas rurais sem originar créditos de maneira direta.

Entre os elementos-chave que apoiam a replicabilidade encontram-se o uso de bancos comerciais como canais de entrega, o que faz com que o capital público possa se beneficiar dos sistemas financeiros existentes, e a integração de garantias e condições preferenciais para abordar as percepções de risco em setores como a agricultura. A LTPS também demonstra o valor da co-projeção com intermediários, o que sugere que alinhar os instrumentos financeiros com as realidades operativas dos bancos é fundamental para garantir sua adoção.

Ao mesmo tempo, a replicabilidade depende de várias condições habilitadoras. Entre elas estão a presença de um setor financeiro bem desenvolvido, arcabouços regulatórios que apoiem a concessão de créditos agrícolas e a capacidade institucional tanto de atores públicos quanto de atores privados para estruturar e avaliar os investimentos sustentáveis. Sem essas condições, a eficácia de um modelo semelhante poderia ser limitada.

Do ponto de vista da sustentabilidade financeira, a LTPS está estruturada para funcionar como um instrumento baseado no mercado, em vez de um programa financiado por subsídios. Ao fornecer capital através de mecanismos de redesconto e permitir que os bancos colaborem no financiamento, ou emprestem a partir dos seus próprios balanços patrimoniais, o modelo facilita a reciclagem de capital ao longo do tempo. O uso de créditos com juros, combinado com garantias parciais, permite que o FINAGRO mantenha a disciplina financeira, ao mesmo tempo que amplia o acesso ao crédito.

No entanto, a sustentabilidade ao longo prazo dependerá da demanda contínua de investimentos sustentáveis e da capacidade dos projetos financiados para gerar rendimentos suficientes que possam garantir o reembolso. Depende também da medida em que a percepção de risco por parte das instituições financeiras continua diminuindo graças ao crescimento da experiência com esses investimentos.

Contudo, a LTPS ilustra um modelo de financiamento que não é apenas escalável, mas também potencialmente sustentável ao longo prazo, destacando a importância da capacidade institucional, do desenvolvimento do mercado e do alinhamento de incentivos para determinar se abordagens similares podem ser replicadas com sucesso em outros contextos.

6. Impactos Sociais, Ambientais e Climáticos

A LTPS foi concebida para gerar benefícios sociais, ambientais e climáticos por meio do financiamento de investimentos que melhorem a sustentabilidade e a resiliência dos sistemas de produção agrícola. Embora os dados completos sobre o impacto ainda estejam sendo coletados, os tipos de investimentos apoiados sob a linha de crédito oferecem caminhos claros para a obtenção de múltiplos resultados.

Do ponto de vista ambiental e climático, a infraestrutura financiada pela LTPS ajuda a melhorar o uso eficiente dos recursos e a redução das pressões ambientais. Os investimentos em sistemas de irrigação e gestão da água facilitam o uso mais eficiente da água e uma resiliência maior frente à sequia e à variabilidade. Os sistemas de energia renovável e biomassa contribuem à redução das emissões de gases de efeito estufa e a uma menor dependência dos combustíveis fósseis, enquanto a infraestrutura de tratamento de águas residuais e gestão de efluentes ajuda a reduzir a poluição dos corpos de água.

A linha de crédito também apoia práticas de uso sustentável do solo, incluindo a agrossilvicultura, sistemas silvipastoris e medidas de conservação do solo, que podem melhorar a captura de carbono, aprimorar a saúde do solo e proteger a biodiversidade. Estes investimentos são especialmente relevantes em paisagens sob pressão de desmatamento e degradação do solo.

Do ponto de vista social e econômico, os investimentos na LTPS podem contribuir para aumentar a produtividade, reduzir os custos operativos e melhorar a estabilidade dos ingressos para os produtores, especialmente quando a infraestrutura aborda gargalos-chave como o acesso à água ou a disponibilidade de energia. A linha de crédito também inclui disposições que priorizam o acesso para populações vulneráveis, ao apoiar objetivos mais amplos de inclusão financeira.

No entanto, a capacidade para quantificar esses impactos ainda é limitada. A abordagem atual do FINAGRO no que diz respeito à supervisão, baseia-se principalmente no "controle do investimento", que verifica se os fundos são utilizados para seu propósito original, mas não rastreia sistematicamente os resultados ambientais ou sociais. Embora estejam-se realizando esforços para desenvolver um sistema mais completo de monitoramento e avaliação, esse sistema ainda não tem sido implementado de maneira integral.

Como resultado, os impactos da LTPS podem ser compreendidos melhor como impactos potenciais e direcionais, em função da natureza dos investimentos financiados, e não como resultados rigorosamente medidos. O fortalecimento dos arcabouços de seguimento será fundamental para demonstrar a contribuição completa da linha de crédito aos objetivos climáticos e de sustentabilidade da Colômbia.

7. Lições Aprendidas

A experiência da LTPS apresenta diversas lições fundamentais para o projeto e a implementação de instrumentos de finanças sustentáveis no setor agrícola.

- **A co-projeção com intermediários financeiros é essencial para garantir a adopção.** Um fator-chave no rendimento da LTPS em comparação com linhas de crédito anteriores tem sido a decisão de contratar bancos comerciais na fase de projeção. Alinhando preços, estruturas de risco e características operativas com as realidades das instituições financeiras, o FINAGRO pode criar um instrumento mais voltado para a demanda, além de ser utilizável. Essa experiência demonstra que os instrumentos de financiamento sustentável são mais efetivos quando respondem tanto aos objetivos de política pública quanto às condições operativas do mercado.

- **A percepção de risco continua sendo uma barreira principal para ampliar o financiamento sustentável.** Mesmo com taxas e garantias preferenciais, os investimentos agrícolas e vinculados à sustentabilidade continuam sendo vistos por muitas instituições financeiras como de alto risco. A abordagem desse desafio requer não apenas incentivos econômicos, mas também melhores dados, ferramentas e a capacidade para uma avaliação mais eficaz desses investimentos.

- **Apenas o financiamento não é suficiente para impulsionar uma transformação sustentável.** A LTPS demonstra que a transição para sistemas de produção mais sustentáveis normalmente requer diversos investimentos coordenados ao longo do tempo, acompanhado de apoio técnico. Neste sentido, a experiência da LTPS coloca às claras a importância de combinar financiamento de longo prazo com incentivos que facilitem a transição para sistemas produtivos mais sustentáveis. As linhas de crédito que não são integradas ou não estão alinhadas com serviços complementares, como a assistência técnica ou capacitação, podem enfrentar limitações para conseguir um impacto completo, especialmente entre produtores de menor porte.

- **Os modelos de financiamento de segundo nível podem permitir escalamento, mas dependem da capacidade dos intermediários.** O modelo de redesconto do FINAGRO permite um escopo amplo e um desdobramento eficiente de capital, mas também traslada a responsabilidade da originação e da avaliação de projetos para intermediários financeiros. Como resultado, a eficácia do instrumento está intimamente ligada às capacidades e aos incentivos dos bancos participantes.

- **Os instrumentos baseados em políticas devem continuar sua adaptação a contextos diversos.** Aplicar uma linha de crédito estandardizada a nível nacional em múltiplos ecossistemas e sistemas de produção, pode limitar a eficácia, especialmente em regiões como a Amazônia. Pode ser necessária maior flexibilidade e localização para garantir que os instrumentos financeiros atendam às realidades no terreno.

- **O monitoramento e a medição do impacto são essenciais para garantir a credibilidade ao longo prazo.** Embora a LTPS tenha sido projetada para gerar benefícios ambientais e sociais significativos, os sistemas atuais centram-se principalmente na verificação e no uso dos recursos, em vez de medir os resultados. Fortalecer os arcabouços de monitoramento será fundamental para demonstrar o impacto e informar as futuras decisões políticas e de investimento.

8. Matriz FOFA

O modelo LTPS apresenta uma combinação de fortalezas estruturais e limitações que dão forma a sua eficácia como instrumento de financiamento escalável para infraestruturas sustentáveis, como mostra o resumo a seguir.

FORTALEZAS

- Modelo escalável de financiamento de segundo nível que se beneficia dos sistemas bancários existentes.
- Forte alinhamento político com os objetivos nacionais de clima e desenvolvimento rural.
- Uso de garantias e taxas preferenciais para incentivar investimentos sustentáveis.
- Elegibilidade flexível que permite uma ampla gama de investimentos em infraestruturas ao longo das cadeias de valor.

FRAQUEZAS

- Dependência da capacidade dos bancos comerciais e sua disposição para originar créditos.
- Sistemas de monitoramento e medição de impacto limitados, além da verificação do uso de fundos.
- Percepção de risco persistente nos investimentos agrícolas e verdes por parte dos bancos.
- Desafios para chegar a pequenos produtores em grande escala sem apoio complementar.

OPORTUNIDADES

- Aumento na demanda de infraestruturas resilientes às mudanças climáticas (água, energia, sistemas do solo).
- Potencial para expansão em várias cadeias de valor e regiões, incluindo a Amazônia.
- Capacidade para mobilizar capital privado em grande escala através de mecanismos de repartição de riscos.
- Espaço para fortalecer a integração com taxonomias verdes y arcabouços de financiamento climático.

AMEAÇAS

- Mudanças políticas que influenciam as prioridades e a designação de crédito.
- A conscientização e a adoção continuam baixas entre intermediários e produtores em algumas regiões.
- Desalinhamento entre os produtos financeiros e as necessidades do setor (por exemplo, entre grêmios ou associações e bancos).
- Barreiras estruturais nos mercados rurais, incluindo acesso, informalidade e falta de capacidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A LTPS representa um exemplo convincente de como uma instituição pública de financiamento do desenvolvimento pode se beneficiar dos sistemas financeiros existentes para ampliar o investimento em infraestruturas sustentáveis. Combinando o financiamento por redesconto, garantias e condições preferenciais dentro de um modelo de segundo nível, o FINAGRO criou um mecanismo capaz de mobilizar capital através de uma ampla gama de atores e cadeias de valor.

Uma conclusão-chave a ser tirada da LTPS é a importância do alinhamento de objetivos políticos com as realidades do mercado. A co-projeção da linha de crédito com intermediários financeiros tem sido fundamental para garantir sua adoção, o que demonstra que os instrumentos financeiros sustentáveis são mais eficazes quando são impulsados por políticas e ao mesmo tempo viáveis comercialmente. Ao mesmo tempo, a experiência ressalta que apenas os incentivos econômicos não são suficientes: a expansão de investimentos sustentáveis também requer capacidade institucional, conhecimentos técnicos e mecanismos de apoio complementares.

Olhando para o futuro, existe um potencial significativo para fortalecer o impacto da LTPS melhorando os sistemas de monitoramento e avaliação, melhorando a segmentação para ecossistemas e regiões específicas, e aprofundando o alinhamento com arcabouços emergentes como as taxonomias verdes. Em particular, o fortalecimento da implementação da LTPS na Amazônia colombiana representa uma oportunidade para ampliar o financiamento de infraestrutura e sistemas produtivos sustentáveis em uma região estratégica para os objetivos nacionais de desenvolvimento rural, conservação e ação climática. Abordar essas áreas não apenas melhoraria a eficácia do instrumento na Colômbia, mas também aumentaria a sua relevância como modelo para outros países que buscam financiar uma transformação agrícola sustentável.

Em conjunto, a LTPS ilustra tanto a promessa quanto a complexidade de utilizar ferramentas de política financeira para impulsionar resultados de sustentabilidade em grande escala. A continuidade da sua evolução dependerá da sua capacidade para equilibrar flexibilidade com direcionamento político e para se adaptar às diversas necessidades das instituições financeiras, dos produtores e dos ecossistemas.

Copyright © 2025 Banca de Desarrollo Territorial, Banco Agrario de Colombia S.A., Banco da Amazônia S.A., Banco de Comercio Exterior de Colombia S.A., Banco de Desarrollo Productivo SAM, Banco do Brasil S.A., Banco do Estado do Pará S.A., Banco do Nordeste do Brasil S.A., Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, Caixa Econômica Federal, Corporación Andina de Fomento - CAF, Corporación Financiera de Desarrollo S.A., Corporación Financiera Nacional B.P., Corporación Nacional de Finanzas Populares y Solidarias, Financiadora de Estudos e Projetos, Financiera de Desarrollo Nacional S.A., Fondo para el Financiamiento del Sector Agropecuario - FINAGRO, Banco Interamericano de Desarrollo, Banco Internacional de Reconstrucción y Fomento – Banco Mundial, y Suriname National Development Bank Ltd – NOB, denominados conjuntamente como "Membros da Coalizão Verde".

Esta obra está sujeita a licença Creative Commons CC BY 3.0 IGO. Devem ser cumpridos os termos e condições indicados em (https://creativecommons.org/licenses/by/3.0/igo/legalcode), e deve ser dado o devido reconhecimento aos Membros da Coalizão Verde.

O estudo de caso foi desenvolvido por Magnitude Global Finance. As opiniões expressas nesta obra são dos autores e não refletem necessariamente as opiniões dos Membros da Coalizão Verde.